

POLÍTICA DE ELEIÇÕES EM MOÇAMBIQUE: AS EXPERIÊNCIAS DE ANGOCHE E NICOADALA

Adriano Nuvunga

INTRODUÇÃO

Desde as eleições fundadoras da democracia em 1994, o país já realizou quatro eleições gerais, sendo a mais recente em 2009. A Frelimo não só obteve maioria parlamentar em todas as quatro eleições como também o seu número de assentos parlamentares vem aumentando de eleição em eleição, a ponto de, na eleição de 2009, ter conseguido mais de dois terços de assentos parlamentares. Os seus candidatos, Joaquim Chissano (1994 e 1999) e Armando Guebuza (2004 e 2009), venceram as eleições presidenciais. A Renamo, o antigo movimento rebelde e o maior partido da oposição, não só teria vencido as eleições legislativas em 1994 e 1999 se o sistema eleitoral fosse o maioritário¹ como também quase venceu as eleições presidenciais em 1999. Por isso, a literatura académica (Harrison, 1996; Anon, 2003; Carbone, 2005; Nuvunga, 2005) designou o sistema político moçambicano de bipartidário.

Como se pode ver na Tabela 1, ao fim de quatro eleições gerais, a Frelimo venceu em todos os círculos eleitorais nacionais e reverteu o sentido de voto nos círculos eleitorais que em 1994, 1999 e 2004 votaram maioritariamente para a Renamo. Os resultados das eleições de 2004 e 2009 mostram que a maioria de votantes, nos círculos eleitorais hostis à Frelimo em 1994 e 1999, passou a aceitar que a Frelimo tenha feito mudanças suficientes e, por esta razão, podia manter-se no poder como o ‘partido natural do governo’.

¹ Conforme a Tabela 1, a Renamo obteve maior número de votos não só nos dois maiores círculos eleitorais do país, designadamente Nampula e Zambézia, como também em Tete, Manica e Sofala.

TABELA 1 VOTO DA FRELIMO E RENAMO, DESDE 1994

Eleições	Círculos Eleitorais												
	Niassa	C. Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Maputo Cidade	Total	
1994	Eleitores	281 292	551 716	1 286 002	1 170 564	378 051	322 672	493 613	461 725	405 448	334 802	462 957	6 148 842
	Frelimo	97 169	250 436	300 933	278 559	83 838	63 620	53 667	192 659	259 868	198 429	293 511	2 072 689
	Renamo	68 531	98 180	472 638	463 844	131 444	134 176	284 495	42 018	8 513	17 749	33 436	1 755 024
	Outros	84 497	170 749	389 565	254 459	99 839	72 766	92 226	168 330	96 433	76 474	72 560	1 577 898
1999	Eleitores	356 693	618 451	1 434 764	1 384 626	503 422	421 266	593 877	495 981	465 151	369 234	455 640	7 099 105
	Frelimo	83 231	240 097	284 954	187 066	105 198	83 828	57 672	162 660	288 916	216 446	275 193	1 985 261
	Renamo	95 885	104 001	319 587	427 186	139 806	149 275	208 984	53 797	11 443	24 412	45 111	1 579 487
	Outros	61 021	127 919	283 590	245 953	95 254	73 781	72 107	87 811	76 837	34 713	29 660	1 188 646
2004	Eleitores	502 410	845 962	1 972 927	1 874 601	636 961	582 957	851 710	654 976	695 665	569 904	678 252	9 866 325
	Frelimo	92 035	204 159	208 957	148 186	248 400	86 462	71 102	128 012	290 485	163 018	208 476	1 849 292
	Renamo	37 450	46 759	173 014	215 155	70 671	85 429	180 327	16 394	5 279	16 729	34 566	881 773
	Outros	23 343	61 366	110 893	113 590	50 110	35 763	55 800	37 029	33 639	23 472	19 242	564 247
2009	Eleitores	544 770	888 197	1 801 249	1 770 910	796 257	648 969	772 630	641 387	639 658	616 208	695 354	9 815 589
	Frelimo	151 906	271 432	379 060	264 990	348 062	181 778	163 501	221 776	367 135	242 257	271 755	2 863 652
	Renamo	24 467	49 828	163 590	200 666	40 594	63 800	74 208	18 099	5 269	21 250	19 107	680 878
	Outros	33 148	75 737	145 376	132 647	47 166	47 434	125 600	60 342	28 555	32 232	78 486	806 723

FONTE: ELABORADO COM BASE EM DADOS DO CNE

A Tabela 1 sugere ainda que a Frelimo foi reduzindo gradualmente o tamanho da vitória da Renamo nos círculos eleitorais onde esta obteve maioria de votos em 1994, 1999 e 2004, até se consumir a mudança do sentido de voto, primeiro em Tete e Nampula em 2004 e, depois, na Zambézia e Manica em 2009. Pela Tabela 1, o único círculo eleitoral que ainda se mantém fiel à Renamo é Sofala, onde este partido também disputa os votos com o ascendente Movimento Democrático de Moçambique (MDM)² que tem as suas origens e principais bases de apoio a província de Sofala e, em particular, a cidade da Beira.

A Tabela 1 mostra a posição dominante da Frelimo, que não só venceu todas as eleições como também conquistou e alterou o sentido de voto dos círculos eleitorais que historicamente apoiavam a Renamo. Todavia esta dominação acontece num contexto de crescente abstenção eleitoral,³ de falta de transparência na governação eleitoral, particularmente dos órgãos eleitorais, designadamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), de fraude eleitoral (Nuvunga, 2005, 2006; Brito, 2008; Nuvunga & Salih, 2010), de intimidação e de violência política nos períodos eleitorais e entre estes (Nuvunga, 2012), e de exclusão de partidos do processo eleitoral (Nuvunga & Salih, 2010).

² O MDM foi criado em 2009 como uma cisão da Renamo. É actualmente a terceira força política do país com oito deputados na Assembleia da República. O seu presidente, Daviz Simango, é o presidente do Conselho Municipal da Beira, a segunda cidade do país.

³ De acordo com os dados do STAE, a abstenção foi de 12% em 1994, 30% em 1999, 63% em 2004 e 56% em 2009.

Este capítulo problematiza a reversão do sentido de voto da Renamo para a Frelimo nos círculos eleitorais que, desde as eleições fundadoras da democracia, apoiaram a Renamo.

A análise foi fundamentalmente baseada no método qualitativo etnográfico que combinou observações feitas pelo autor em vários distritos nos últimos dez anos e o trabalho de campo realizado em Angoche (província de Nampula) e Nicoadala (província da Zambézia) que se baseou em entrevistas semi-estruturadas com elites locais, designadamente as estruturas político-administrativas locais, as estruturas do poder tradicional, religioso e comerciantes.

Em Nicoadala, o trabalho de campo decorreu no Posto Administrativo de Nicoadala-Sede. Em Angoche, o trabalho decorreu na localidade de Sangage, posto administrativo de Angoche-sede e no Posto Administrativo de Nametoria. Houve uma média de 25 entrevistas por cada Posto Administrativo. Em todos os locais houve dificuldades para a marcação das entrevistas e depois para a sua realização, porque, por perto, esteve sempre alguém, aparentemente da Frelimo, querendo perceber o conteúdo da conversa. Por isso, as conclusões deste estudo não são uma explicação definitiva mas um argumento sobre a problemática em análise.

REFORMAS DO ESTADO AO SERVIÇO DA DOMINAÇÃO POLÍTICA

Quando a guerra civil terminou, parte do território estava nas mãos da Renamo e outra era inacessível por causa de minas terrestres. Enquanto a Renamo tentava impor uma forçada dupla administração do território, o governo da Frelimo empenhava-se na recuperação dos territórios sob controlo da Renamo. Dentro deste contexto e decorrendo da Constituição multipartidária de 1990, a Assembleia monopartidária de então aprovou, ainda no período de transição democrática, uma das mais progressistas Leis do país, designadamente a Lei 3/94 que previa a transformação dos 128 distritos, até então existentes no país, em autarquias locais, com governos democraticamente eleitos.⁴ Mas o desempenho eleitoral da Renamo nas eleições fundadoras da democracia, em 1994, particularmente nas zonas rurais, despertou a atenção da Frelimo para o facto de que a implementação da Lei 3/94 podia resultar numa substancial perda de poder por parte da Frelimo, portanto, tratava-se de um erro político (Brito, 2008).

É que, conforme os resultados eleitorais de 1994, a Frelimo ia perder as eleições em muitos distritos e a transformação destes em autarquias locais com governos

⁴ Número 1 do artigo 30, da lei 3/94 de 13 de Setembro.

democraticamente eleitos podia resultar na perda de controlo de muitos distritos a favor da oposição, a Renamo. Neste contexto, aproveitando um debate sobre a constitucionalidade de alguns aspectos relativos ao modelo de descentralização que estava previsto, a Frelimo fez um recuo e conseguiu fazer aprovar, pela Assembleia da República, alterações aos títulos III e IV da Constituição, introduzindo a ideia de ‘Poder Local’, estabelecendo, dessa maneira, um dos princípios estruturantes da organização e funcionamento da Administração Pública moçambicana: a combinação da “descentralização”, que preconiza a existência de autarquias locais, com a “desconcentração”, que preconiza a existência de Órgãos Locais do Estado. Enquanto a descentralização política cria as autarquias locais, dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a desconcentração cria os Órgãos Locais do Estado (Províncias, Distritos, Postos Administrativos, Localidades e Povoações) que se subordinam ao governo central, numa estrutura vertical, fortemente hierarquizada, em termos estruturais e concentrada em termos de relações de poder político e administrativo.

Apesar da *política* por detrás de ambos os processos, tratava-se de reerguer e/ou estabelecer um Estado que, em muitas partes do território, era inexistente, por causa da devastadora guerra civil (Forquilha, 2010). Destes dois processos, a Frelimo preferiu a desconcentração que reforçava o seu poder, por permitir a fácil mistura entre os órgãos do partido e do Estado, sem escrutínio popular, por um lado, e por não ter qualquer tipo de incerteza sobre o controlo e a manutenção do poder, por outro. Neste contexto, em todos os 128 distritos do país, a desconcentração, ao invés de descentralizar um Estado centralizado, reestabeleceu bases institucionais de um Estado que era quase inexistente em grande parte do território. Somente a partir desta fase, o Estado conseguiu ter controlo efectivo do território, depois da guerra civil. A Frelimo usou este processo para, em paralelo com o alargamento do Estado, expandir e fortificar o partido e, sobretudo, exacerbar a ideia de se tratar de um ‘Estado’ libertado, criado pela Frelimo e da Frelimo.

O partido Frelimo passou a ter escritórios e organização funcional em todas as sedes de Postos Administrativos e Localidades, num processo similar ao verificado logo após a independência nacional, em 1975, onde a construção do Estado – das cinzas do Estado colonial português – se fez acompanhar do desenvolvimento institucional do partido Frelimo (por exemplo, criação de Grupos Dinamizadores e, posteriormente, células do partido nos locais de residência e de trabalho). É que há sempre uma sede da Frelimo a escassos metros das secretarias de Postos Administrativos e/ou de Localidade. O preenchimento de

pessoal e dotação de orçamento para os Postos Administrativos e a inclusão de chefes de Localidade nos orçamentos dos Postos Administrativos permitiu o apetrechamento das estruturas locais de base do Estado (Postos Administrativos, Localidades e Povoações) com pessoal que, segundo os entrevistados⁵ e observações, também tem a responsabilidade política de prestar apoio ao ‘partido do governo’, a Frelimo.

As entrevistas e observações permitiram a identificação de várias arenas de interligação entre o Estado e o partido Frelimo nos sistemas políticos locais que, para os presentes objectivos, são os Órgãos Locais do Estado (OLE). Este capítulo destaca duas destas arenas, designadamente a ‘cooptação, esterilização e marginalização do poder tradicional’ e a ‘celebração de datas comemorativas do Estado’.

COOPTAÇÃO, ESTERILIZAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO DO PODER TRADICIONAL

Com a evidência de que o poder tradicional era a base social e tinha sido a estrutura de mobilização eleitoral a favor da Renamo em 1994 e 1999, particularmente nas zonas rurais, a Frelimo correu em busca de uma estratégia para a sua esterilização. Depois de grande debate público sobre a necessidade de envolvimento do poder tradicional na governação, a Frelimo aprovou um Decreto⁶ que regula a articulação entre os Órgãos Locais do Estado e as autoridades comunitárias. Este Decreto corre para legislar sobre a articulação entre o poder tradicional e os Órgãos Locais do Estado antes mesmo de se esclarecer a estrutura organizacional dos OLE. Apenas três anos depois, através da Lei 8/2003, se esclareceu a orgânica dos OLE. Portanto, o objetivo era de estabelecer um instrumento de controlo do poder tradicional e não genuinamente reorganizar a participação da população, como o alega o Decreto.

O tipo de instrumento legal usado também é típico: um decreto do Conselho de Ministros. Ficou claro que, ao usar um decreto e não uma lei aprovada pela Assembleia da República (AR) para legislar sobre uma matéria tão importante como o papel do poder tradicional na governação, o Governo queria contornar a Renamo, que não só estava em peso na AR como também tinha grande interesse sobre esse assunto (Buur & Kyed, 2005; Forquilha, 2006). O Decreto evitou a designação de ‘poder tradicional’ e institucionalizou o nome de ‘autoridades comunitárias’, divi-

⁵ Entrevistas com Secretários Permanentes de três ministérios e funcionários de quatro governos provinciais e seis distritais.

⁶ O Decreto 15/2000 do Conselho de Ministros.

didadas em três escalões, designadamente: 1.º Escalão (os Régulos, os Primeiros Secretários dos Grupos Dinamizadores e os Secretários de Bairro); 2.º Escalão (chefes tradicionais do nível logo abaixo do régulo que incluem os mambos e fumos e os Chefes de Quarteirão e de Círculo); 3.º Escalão (os chefes tradicionais do nível logo abaixo dos mambos, fumos e Secretários do 3.º Escalão – Chefes de 10 casas e presidentes de aldeias).

Este Decreto previa a legitimação pela população e reconhecimento das autoridades comunitárias pelo Estado. Com tudo isto feito, as autoridades comunitárias recebiam fardamentos, as insígnias do Estado, incluindo a bandeira do país e um salário do Estado. Esta foi a base da cooptação, mas não foi sem antes a Frelimo estabelecer, no próprio Decreto, as bases de controlo e de diluição do poder tradicional. Primeiro, para além de ter mudado a designação de poder tradicional para autoridades comunitárias, reconheceu aos seus antigos Grupos Dinamizadores e demais secretários do partido-Estado o estatuto de autoridade comunitária, em paralelo com as antigas e genuínas estruturas do poder tradicional, o que não só ‘manchou’ a instituição do poder tradicional como também confundiu e diluiu-a perante a população. Segundo, em cada escalão de poder tradicional genuíno fez corresponder as suas estruturas político-partidárias, cujo objetivo era controlar as primeiras. Terceiro, a questão da legitimação e reconhecimento fragilizou a estrutura do poder tradicional perante o Estado que, ao nível local, era sinónimo das estruturas político-partidárias da Frelimo.

Os líderes comunitários eram os chefes das povoações⁷ no âmbito do Decreto 15/2000 e da Lei 8/2003. É que, apesar de estabelecer a categoria administrativa de ‘povoação’, esta Lei não esclareceu a sua governação, abrindo espaço para que, durante anos, esse vazio fosse preenchido pelos líderes comunitários. Este cenário era do interesse da Frelimo que, por um lado, tinha a base para cooptar os líderes tradicionais nas zonas de dominação da Renamo e, por outro lado, tinha as bases para acomodar as lideranças das suas antigas estruturas de base, desde os secretários dos antigos GD aos presidentes de aldeias e secretários de bairros, num novo uniforme: de líder comunitário. Somente depois de ter a situação sob controlo aprovou a Lei 11/2012⁸ que re-centraliza a designação dos chefes das povoações.

⁷ O número 1, do artigo 14A, da Lei 11/2012 define a povoação como sendo a menor unidade territorial da organização, funcionamento e de contacto permanente da administração local do Estado com as comunidades.

⁸ Esta Lei faz alterações à Lei 8/2003 e estabelece, no número 7 do artigo 6, que os chefes da localidade e de povoação são designados pelo governador provincial.

Portanto, a Frelimo deixou, por mais de 15 anos, um cenário de pouca clareza quanto à governação ao nível das povoações. Apercebendo-se depois que a situação estava sob controlo, centralizou o poder de designação dos chefes das povoações e voltou a subalternizar as lideranças comunitárias, uma vez esterilizado o seu potencial político de apoio à oposição.

CELEBRAÇÃO DE DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO

A celebração de eventos políticos de Estado é um movimento de massas que começa com a deposição de coroa de flores no monumento dos heróis nacionais e termina com um comício popular orientado pelo chefe de Estado, em caso de Presidência Aberta, e pelo dirigente máximo do Estado em cada escalão territorial, no caso de outras celebrações políticas do Estado.

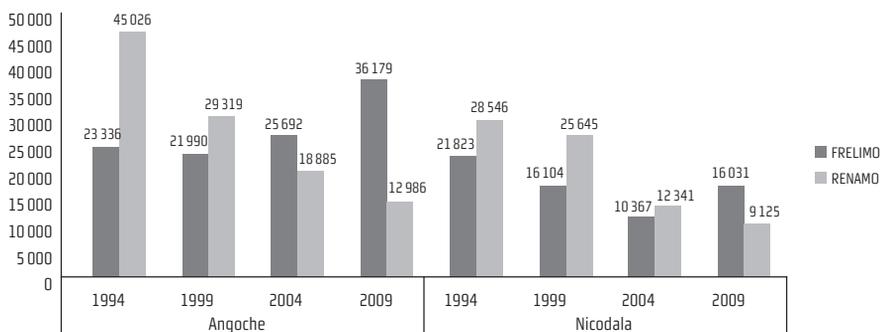
Os comícios começam com o hino nacional, seguido de repetidas vezes o “viva a Frelimo” e a apresentação das estruturas do partido Frelimo pelo dirigente máximo do Estado no evento público de Estado. O indicador de sucesso, quer da Presidência Aberta quer de outros eventos políticos de Estado, é a enchente de massas. A organização e mobilização de massas é, desde a primeira república (1975-1990), garantida pelas antigas organizações democráticas de massas, particularmente a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM).

Estas duas organizações são os principais instrumentos de mobilização da população para as celebrações do Estado no sistema político local. Sem elas, o Estado não teria a capacidade para mobilizar as massas para os eventos e/ou celebrações políticas. A implicação é de uma associação directa entre as celebrações do Estado e as organizações sociais do partido Frelimo. Na verdade, conforme observações e entrevistas, as organizações da Frelimo são o conteúdo material e simbólico do Estado no sistema político local e instrumentos de organização (que permite o acesso, por exemplo, aos financiamentos do Fundo de Desenvolvimento Distrital – FDD) e mobilização das massas, o que perpetua a ideia de um Estado libertado, criado e da Frelimo. Isto tem importantes implicações na competição política, como se mostrará na secção seguinte.

CONQUISTA DAS ZONAS DA RENAMO PELA FRELIMO

As explicações estão ancoradas nas interpretações das elites locais onde decorreram as entrevistas, designadamente as estruturas político-administrativas locais, as estruturas do poder tradicional, religioso, comerciantes e nas observações realizadas pelo autor.

GRÁFICO 1 VOTO DA FRELIMO E RENAMO EM ANGOICHE E NICOADALA (1994, 1999, 2004 E 2009)



FONTE: ELABORADO COM BASE EM DADOS DO CNE

Os dados mostram que, enquanto a reversão do sentido de voto da Renamo para a Frelimo no distrito de Angoiche ocorreu em 2004, e se consolidou em 2009, no distrito de Nicoadala ela ocorreu apenas em 2009, apesar de, em 2004, a Frelimo ter reduzido a diferença de votos em relação à Renamo. Nos dois distritos os resultados eleitorais têm algumas curiosidades a que se deve prestar atenção. Em Nicoadala, num contexto de crescente abstenção eleitoral, a Frelimo aumentou a sua votação em mais de 6 mil votos de 2004 a 2009. Se em 2004 a Frelimo perdeu a favor da Renamo por uma margem de dois mil votos, em 2009, a Frelimo venceu a Renamo por uma margem de sete mil votos. Enquanto a erosão do voto da Renamo é consistente com a tendência nacional, não deixa de ser intrigante que, em 2004, neste distrito, tenha perdido mais de metade dos votos que obteve em 1999. Isto implica que a rota da reversão do sentido de voto da Renamo para a Frelimo tem a sua explicação no seu desempenho eleitoral de 2004, onde perdeu 13 mil votos em relação à sua votação de 1999.

Em Angoiche, apesar da elevada abstenção à escala nacional, em 2004, a Frelimo subiu a sua votação em 4 mil votos em relação à sua votação de 1999. Em 2009, teve 10 mil votos a mais em relação à sua votação de 2004, enquanto a Renamo perdeu seis mil votos no mesmo período. Enquanto a votação da Renamo é consistente com a tendência nacional de erosão de seu eleitorado, a subida da votação da Frelimo de 2004 a 2009 é bastante acima da margem de redução da abstenção eleitoral nacional de 2004 para 2009. Num outro ângulo, o número de votos que a Renamo perdeu em 2009 é inferior ao número de novos eleitorais que a Frelimo ganhou de 2004 a 2009. Isto sugere a entrada de novos eleitores no sistema (possi-

velmente jovens que nasceram depois da assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, provavelmente mobilizados pela OJM) ou a mobilização, pela Frelimo, dos votantes (maioritariamente da Renamo) que gradualmente se tinham afastado das urnas entre 1999 e 2004.

O Gráfico 1 sugere que 2004 foi o ponto de ruptura da competição entre a Frelimo e Renamo, numa eleição marcada por uma elevadíssima abstenção eleitoral.⁹ Com estes aspectos considerados, a pergunta é: o que terá, então, determinado a reversão da tendência de voto da Renamo para a Frelimo em Angoche e Nicoadala? Tal como os resultados eleitorais se apresentam, o exercício é tentar explicar a substancial perda de votos pela Renamo e a tendência crescente da votação da Frelimo, mesmo perante cenários de abstenção eleitoral e de aumento dos níveis de pobreza,¹⁰ porque o trabalho de campo não sugere que tenha havido captura do eleitorado da Renamo pela Frelimo. Portanto, o aspecto marcante da reversão do sentido de voto da Renamo para a Frelimo, tanto em Nicoadala como em Angoche, é de que os votantes da Renamo deixaram de ir votar ou a sua votação foi dificultada.

A principal causa da erosão do voto da Renamo é a abstenção eleitoral. Os dados sugerem que, tanto em Angoche como em Nicoadala, mais de metade dos potenciais eleitorais não se fez às urnas para votar. É impressionante que, apesar das dificuldades, as pessoas tenham enfrentado distâncias para se recensear e, depois, se tenham absterido de votar. Pelo Gráfico 1 fica claro que há também um segmento da população que não se recenseia para fins eleitorais. Isto significa que há duas manifestações de abstenção: activa, onde as pessoas se recenseiam mas ignoram a votação, e a passiva, onde as pessoas, em idade de votar, não se recenseiam para fins eleitorais.

O que explica então a abstenção dos votantes da Renamo? A principal causa gira em torno da repentina perda de estruturas de apoio e de mobilização eleitoral: o poder tradicional. Uma vez legitimadas e reconhecidas, as autoridades tradicionais já não só apareciam com as insígnias do Estado, confundindo o eleitorado da Renamo, como também apareciam em cerimónias públicas, lado a lado com as elites do Estado que, no contexto das zonas rurais, são as elites da Frelimo. A compreensão com que se ficou é de que, uma vez cooptadas, as autoridades tradi-

⁹ Apenas 3,3 milhões votaram, cerca de 43% de potenciais eleitores (Quanto são os eleitores potenciais? E porque é que contamos 7,6 milhões?, *Boletim do Processo Político Moçambicano*, N.º. 31, 29 de Dezembro de 2004).

¹⁰ Alguns autores chegam a afirmar que a pobreza não está de forma alguma a ser reduzida (Cunguara & Hanlon, 2010).

cionais, anteriormente ligadas à Renamo, estando sob forte controlo da máquina do Estado, abstiveram-se de mobilizar a população (eleitorado da Renamo) para fins eleitorais.

Isto abriu espaço para que os antigos Grupos Dinamizadores e secretários de bairros, que são também líderes comunitários, assumissem o protagonismo de mobilização eleitoral da população, sem concorrência. Em Angoche, 8 dos 15 *régulos* entrevistados confirmaram que ficaram em casa e não mobilizaram a população para votar (na Renamo), primeiro, porque estavam sendo constantemente vigiados pelos secretários de bairros e, segundo, por terem medo de serem excluídos das reuniões convocadas pelo governo e da exclusão de benefícios como distribuição de redes mosquiteiras e de pesca, por exemplo.

A segunda causa é da efetivação do controlo do território e, sobretudo, da população. A compreensão que se teve, tanto em Angoche como em Nicoadala, é de que as eleições de 1994 e 1999 ocorreram num contexto em que o Estado ainda não estava devidamente implantado (do pós-guerra) e não tinha suficiente controlo do território e da população, por isso, as estruturas locais da Renamo tinham poder e suficiente espaço para a mobilização da população, muitas vezes sem concorrência da Frelimo.¹¹ Com as reformas administrativas introduzidas, apesar de elas preconizarem a separação entre o Estado e o partido, a Frelimo montou um Estado que servisse os seus interesses, ao nível local. Para além do controlo a partir dos *quarteirões*¹² que, segundo os *régulos*, líderes religiosos e comerciantes entrevistados¹³ cria um clima de medo na população, aquele aspecto teve um efeito desmobilizador do eleitorado da Renamo, particularmente nas zonas rurais. O controlo do território facilitou a manipulação da população eleitoral nas zonas da Renamo, desde o processo de recenseamento eleitoral, que passou a não chegar a algumas zonas, sobretudo as de predominância da oposição,¹⁴ até ao posicionamento de assembleias de voto longe dos votantes da oposição, incluindo a troca de cadernos

¹¹ Em alguns círculos da Frelimo postula-se que o facto de a Renamo ter estado na posição de controlo, sem concorrência, de muitos dos distritos que ocupava logo depois da guerra civil, teria facilitado uma possível fraude (em forma de enchimento de boletins de voto nas urnas) nas eleições de 1994 e 1999, criando uma imagem de que a Renamo era um partido com grande base social quando, na realidade, não tinha grandes bases de apoio social. Não há contudo nenhum relatório de observação eleitoral, jornalístico e/ou académico que avance esta hipótese.

¹² Na estrutura das antigas aldeias comunais, o quarteirão era o conjunto de 10 casas.

¹³ Os secretários de bairro, tanto em Nicoadala como em Angoche, refutaram esta tese.

¹⁴ “Chegada tardia de computadores atrasa início de recenseamento”, *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, n.º 35 – 1 de Outubro de 2007, p. 3; “Registaram-se 88% dos votantes”, *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, n.º 36 – 18 de Agosto de 2008, p. 2.

eleitorais.¹⁵ Isto significa que, com a efectiva implantação do Estado, ficou caro ser apoiante e/ou votante da oposição.

A terceira causa tem que ver com a deficiente campanha eleitoral da Renamo, tanto em Angoche como em Nicoadala. Isto ocorre numa altura em que a Renamo se apresenta de forma bastante desorganizada, em termos formais, em Angoche e Nicoadala. Tanto as observações do autor nas eleições de 2009 como as entrevistas com *régulos*, líderes religiosos e comerciantes confirmaram uma deficiente (organização e) campanha da Renamo nos dois distritos. Os entrevistados apontam muitos factores, com destaque para a desorganização da liderança da Renamo.¹⁶

O ponto é que, no seu entender, só havia campanha eleitoral onde estava o líder do partido e, como este não podia estar presente em todos os locais ao mesmo tempo, outros distritos ficaram sem uma devida campanha eleitoral, mesmo em Nampula e Zambézia que são, segundo as entrevistas, os seus círculos eleitorais preferidos. Estudando as eleições de 2004, Chichava (2008) chegou a similar conclusão, mas argumenta que a Renamo pensava que não havia necessidade de campanha eleitoral, alegadamente traída pelo desempenho eleitoral de 1999. O segundo factor tem que ver com o crescente receio que a população tem de se expor em campanhas da Renamo, temendo marginalização no acesso aos serviços do Estado (por exemplo, redes de pesca, redes mosquiteiras, etc.), particularmente nas zonas peri-urbanas e rurais.

A quarta causa é de adesão de simpatizantes da Renamo à Frelimo, para aparentemente obterem benefícios no Estado, particularmente do FDD (mais mencionado em Nicoadala e no interior de Angoche), e redes de pesca (mais mencionadas no litoral de Angoche). Este argumento foi recorrente e incisivamente trazido pelos entrevistados. Em Nicoadala, 12 dos 15 *régulos* disseram que as sucessivas derrotas da Renamo nas eleições fizeram com que parte considerável dos eleitores deste

¹⁵ Calcula-se que em 2004 mais de 400,000 pessoas em cerca de 700 assembleias de voto, principalmente, mas não completamente, em áreas pró-Renamo, não puderam votar devido à não abertura, ou abertura tardia das mesas, transferência para outra zona ou falta dos cadernos eleitorais correctos. Para além disso, alguns milhares não se puderam recensear em Julho (“400,000 não puderam votar” *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, n.º 31 – 29 de Dezembro de 2004, p. 14).

¹⁶ Quase todos os líderes religiosos em Nicoadala se referiram à degenerescência da liderança que se caracteriza, na sua forma de ver, pela expulsão e marginalização de quadros competentes da Renamo que, em nalguns casos, resultaram em formação de novos partidos, que não só fragilizam o partido pela saída de quadros competentes como também na disputa eleitoral. Citaram os exemplos de Raul Domingos que foi expulso em 2000 e, em 2002, fundou o Partido da Desenvolvimento e Democracia (PDD) e de Daviz Simango que, expulso em 2008, fundou o MDM em 2009.

partido, alterassem a sua orientação de voto, aproximando-se daqueles que frequentemente vencem as eleições, esperando, assim, possivelmente, beneficiar de favores/facilidades junto das autoridades governativas locais.

A percepção de que as pessoas com melhores condições de vida, ao nível local, são as filiadas à Frelimo atraiu militantes e apoiantes da Renamo para a Frelimo. Os entrevistados consideraram que as acções empreendidas pelo Estado nos últimos anos (construção de escolas, abertura de furos de água, centros de saúde e, particularmente, o surgimento do FDD) e a compreensão generalizada de que o acesso a estes serviços, particularmente o FDD, depende da ligação ao partido Frelimo, moveu as pessoas a abandonar a Renamo e a filiarem-se à Frelimo e/ou, pelo menos, evitarem a sua associação à Renamo.

Todos os *régulos*, comerciantes e secretários de bairro entrevistados convergiram na visão de que, no geral, a muitos cidadãos foram oferecidas benesses para votarem a favor da Frelimo, num contexto em que se compreende que o partido Frelimo é mais forte do que o próprio Estado, aliás, segundo o régulo Naikulu,¹⁷ “tudo o que se faz (por exemplo, fontes de água, vias de acesso, etc.), faz-se em nome do partido Frelimo e não do Estado Moçambicano”. Tanto em Nicoadala como em Angoche, os comerciantes dizem que a Frelimo fez uma mudança estratégica para as eleições de 2009, financiando os régulos e familiares de líderes religiosos através do FDD, ao invés de fazer promessas. A este propósito, o régulo Makhotone em Angoche disse que

“... no passado, eles [Frelimo] quando vinham diziam que querem votos, prometendo nos dar dinheiro, mas depois das eleições dão apenas a algumas pessoas e nós os outros continuávamos a morrer de fome [...] então, em 2009, contrariamente ao que sucedia nas eleições anteriores, a Frelimo começou por nos fazer ofertas e a financiar pequenos projectos dos nossos filhos e familiares incluindo de líderes religiosos através do FDD.”

Todos estes argumentos mostram que, tanto em 2004 como em 2009, não houve, nestes dois distritos, idiosincrasias locais¹⁸ que explicassem a queda do voto da Renamo e, conseqüentemente, a reversão do sentido de voto a favor da Frelimo. A principal explicação é a abstenção eleitoral que prejudica a Renamo. Tal como se mostra, a abstenção dos votantes da Renamo é explicada pelas causas acima dis-

¹⁷ Do Posto Administrativo de Nametoria, Angoche.

¹⁸ Em Nicoadala levantou-se o argumento de que houve uma massiva migração de jovens para Maputo, por falta de oportunidades de emprego, entre as primeiras e as segundas eleições, e que estas pessoas seriam os votantes da Renamo. Apesar de a ideia de pobreza na província da Zambézia ser consistente com outras pesquisas (Lundin, 1995), os censos de 1997 e 2007 mostram uma população em crescendo; e a diferença entre os eleitores recenseados e os que votaram sugere que o argumento da migração pode ter um valor simbólico mas é estatisticamente irrelevante para explicar o desempenho eleitoral da Renamo em Nicoadala.

cutidas que, na sua maioria, estão estruturalmente relacionadas com a estratégia de governação da Frelimo iniciada logo depois das eleições fundadoras da democracia em 1994 e aprofundada depois das segundas eleições gerais, em 1999. Todavia, não se pode eximir de responsabilidade o colapso institucional da própria Renamo.

O que, todavia, é problemático é compreender o crescente voto da Frelimo em contexto de elevada abstenção eleitoral e duma crescente pobreza no país.¹⁹ Conforme já se disse em partes deste capítulo, as margens de crescimento eleitoral da Frelimo não são consistentes com a recuperação da participação eleitoral nacional entre 2004²⁰ e 2009.²¹ Do trabalho de campo não emergiu um factor extraordinário que explicasse os resultados eleitorais da Frelimo em Angoche e Nicoadala em 2009. Assim, parte da explicação pode residir no facto de, como resultado do IX Congresso realizado em 2006 em Quelimane, à escala nacional e nestes distritos em particular, a Frelimo ter melhorado a sua organização e a separação funcional entre o partido e o Estado, mas mantendo o segundo subordinado ao primeiro, aperfeiçoando o estatuto e dando mais espaço aos secretários de comités de zona (que são, na verdade, os antigos presidentes das aldeias e povoações que passaram a estar vinculados apenas ao partido). Eles não só ficaram mais motivados, mas também ficaram com mais tempo para, usando a informação e conhecimento sobre o Estado ao nível local, se dedicarem à mobilização política da população e, sobretudo, melhorando o controlo da ligação entre o acesso aos serviços do Estado e o apoio eleitoral do partido Frelimo ou, pelo menos, ao afastamento da Renamo.

A reorganização do partido Frelimo abrangeu as suas organizações sociais, designadamente a OMM e a OJM, cujo estatuto das suas lideranças foi substancialmente melhorado, desde a base ao topo. Desde então, estas organizações não só lideram a mobilização político-partidária como também são elas que mobilizam a população nas actividades e celebrações do Estado, assumindo, de facto, a posição de conteúdo do Estado ao nível local. Outro papel fundamental que estas organizações desempenham é de melhorar a organização (e identificação) da população para o acesso aos serviços do Estado que incluem os financiamentos no âmbito do FDD, as redes mosqueiteiras, a emissão de atestados de residência que é uma condição importante para se tratar de documentos nas secretarias de povoações, localidades e postos administrativos. Note-se que o processo de emissão de atestados de residência inicia-

¹⁹ É importante referir que todas as pessoas ligadas à Frelimo entendem não fazer sentido falar-se de pobreza crescente onde há escolas, centros de saúde, energia elétrica, fontanários de água, etc.

²⁰ A participação foi de 36,34% (fonte: STAE).

²¹ A participação foi de 44,44% (fonte: STAE).

se nos quarteirões (onde até hoje não há uma clara separação entre o Estado e o partido Frelimo).

Há todavia que reconhecer que, tanto em Angoche como em Nicoadala, os entrevistados falaram de forma categórica também de enchimentos de urnas por membros das mesas de voto, aproveitando-se da quase ausência de fiscais de partidos da oposição. Os *régulos*,²² líderes religiosos e comerciantes entrevistados alegaram enchimentos (todavia com veemente discordância dos secretários de bairros) e apresentaram duas modalidades de enchimento de urnas: primeiro, ao longo do dia, senhoras da OMM entravam nas cabines de voto com mais de dez boletins de voto que lhes eram entregues pelos agentes de mesas de voto e usavam-nos a favor da Frelimo; segundo, membros de mesas, na sua maioria professores primários, enchiam as urnas e, na hora de apuramento eleitoral parcial, aumentavam os números arbitrariamente nos editais, a favor da Frelimo.

CONCLUSÃO

Os dados eleitorais mostram que a reversão do sentido de voto da Renamo para a Frelimo foi um processo gradual que teve na abstenção eleitoral o seu principal factor. Enquanto a elevada abstenção eleitoral sugere uma rejeição do partido governante pela população, foi a Renamo que mais sofreu com a abstenção eleitoral. Há um misto de factores que explicam a apatia eleitoral dos votantes da Renamo. Na sua maioria, estes factores estão estruturalmente relacionados com a estratégia de governação da Frelimo iniciada logo depois das eleições fundadoras da democracia em 1994 e aprofundada depois das segundas eleições gerais em 1999. Todavia não se pode eximir de responsabilidade a decadência institucional da própria Renamo.

Estes factores incluem: a fragilização da base social de apoio e principal estrutura de mobilização eleitoral a favor da Renamo em 1994 e 1999, através da cooptação do poder tradicional pelo partido no poder; a concretização do efectivo controlo do território e da população pela máquina do Estado, o que, dada a dominação do Estado pela Frelimo, obliterou o espaço político das estruturas locais da Renamo para a mobilização da população nos períodos eleitorais e entre estes; a deficiente (organização interna e da) campanha eleitoral da Renamo; e

²² Tanto em Nicoadala como em Angoche, uma parte substancial de *régulos* disse ter filhos e familiares que eram membros das mesas de voto.

a adesão dos simpatizantes da Renamo à Frelimo, para aparentemente obterem benefícios do Estado.

O excessivo crescente voto da Frelimo é explicado pela melhoria da organização do partido e a separação funcional entre o partido e o Estado, mas mantendo o segundo subordinado ao primeiro. Isto aperfeiçoou o estatuto e deu mais espaço político aos secretários de comités que melhoraram o controlo da ligação entre o acesso aos serviços do Estado ao apoio (eleitoral) do partido Frelimo. Contudo, o argumento acima não explica cabalmente o crescimento eleitoral da Frelimo. Com efeito, tanto em Angoche como em Nicoadala, reconheceu-se recorrentemente os enchimentos de urnas por membros das mesas de voto.

REFERÊNCIAS

- Brito, L. (2008) “Uma Nota Sobre Voto, Abstenção e Fraude em Moçambique”. *Discussion paper* n.º 4. Maputo, IESE.
- Buur, L. & Kyed, H.M. (2005) *State recognition of traditional authority in Mozambique: the nexus of community representation and state assistance*. Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- Carbone, G.M. (2005) “Continuidade na renovação? Ten years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilisation of the Frelimo-Renamo party system”. *The Journal of Modern African Studies*, 43 (03), 417-442.
- Chichava, S. (2008) “Uma Província Rebelde. O significado do voto Zambeziano a Favor da Renamo”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 15-48.
- Cunguara, B. & Hanlon, J. (2010) “O Fracasso na Redução da Pobreza em Moçambique”. *Crisis States Working Paper* n.º 74. London, Crisis State Research Center. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/28467/2/WP74.2portugues.pdf>.
- Decreto 15/2000. *Boletim da República*, I Série, n.º 24, de 20 de Junho de 2000.
- Forquilha, S. (2006) “Des ‘autoridades gentílicas’ aux ‘autoridades comunitárias’: le processus de mobilisation de la chefferie comme ressource politique”. Thèse de doctorat. Bordeaux, Université Montesquieu-Bordeaux IV.
- (2010) “Reformas de Descentralização e Redução da Pobreza num Contexto de Estado Neo-patrimonial. Um Olhar a Partir dos Conselhos Locais e OIIL em Moçambique”. In: L. de Brito *et al.* (eds.). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 19-48.

- Harrison, G. (1996) “Democracy in Mozambique: the significance of multi-party elections”. *Review of African Political Economy*. 23 (67), pp.19-35.
- Lei 3/94. *Boletim da República*, I Série, n.º 37, 2.º Suplemento, de 13 de Setembro de 1994.
- Lei 8/2003. *Boletim da República*, I Série, n.º 20, Suplemento, de 19 de Maio de 2003.
- Lei 11/2012. *Boletim da República*, I Série, n.º 6, de 8 de Fevereiro de 2012.
- Lundin, I. (1995) “Partidos Políticos: a leitura da vertente étnico-regional do processo democrático”. In: B. Mazula (ed.). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo. pp. 424-472.
- Nuvunga, A. (2005) “Multiparty democracy in Mozambique: strengths, weaknesses and challenges”. *EISA Research Report* n.º 14. Johannesburg, EISA.
- (2006) “Institutional and Technical Capacities in the Organization of Electoral Governance in Mozambique”. In: N. Awortwi & E. Siteo (eds.). *African Perspectives on New Public Management: Implications for Human Resources Training*. Maastricht, Shaker Publishing. pp. 181-205.
- (2012) “Tendências nas Eleições Municipais de 1998, 2003 e 2008. In: B. Weimer (ed.). *Moçambique: Descentralizar o Centralismo – Economia Política, Recursos e Resultados*. Maputo, IESE. pp. 281-298.
- Nuvunga, A. & Salih, M. (2010) “Mozambique’s 2009 elections: framing democratic consolidation in context”. *Journal of African Elections*. 9 (1), 34-53.
- Salih, M. (ed.) (2003) *African political parties: evolution, institutionalism and governance*. London, Pluto Press.